

Vila Velha têm recursos de Cr\$ 2,9 bi para habitação

O ministério da Ação Social liberou recursos do FGTS para aplicação em obras de urbanização do bairro Santa Rita

A ministra da Ação Social, Margarida Procópio, assinou ontem contrato que vai assegurar o empréstimo de Cr\$ 2,9 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a Prefeitura do Município de Vila Velha aplicar em habitação. De acordo com o contrato, o investimento global chegará a Cr\$ 3,2 bilhões com a contrapartida municipal.

Segundo a ministra Margarida Procópio 30 mil pessoas serão beneficiadas pelo contrato que prevê obras de infra-estrutura, abrangendo sistema viário, drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, visando a urbanização do bairro Santa Rita, em Vila Velha.

Os recursos do FGTS, gerido pelo Ministério da Ação Social e opera-



Margarida: 30 mil pessoas serão beneficiadas

cionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) serão utilizados através do Programa de Urbanização de Áreas e Regularização Fundiária (Produr) elaborado pela Secretaria Nacional de

Habitação — SNH — do Ministério da Ação Social — MAS.

Ao ressaltar a importância da parceria dos governos federal e municipal na procura de soluções para melhorar a qualidade de vida da população brasileira, Margarida Procópio afirmou que com a assinatura desse contrato o ministério dá continuidade à política de habitação fixada pelo presidente Collor para reduzir o déficit habitacional do País.

A ministra destacou, na ocasião, a necessidade de as prefeituras municipais fazerem uma boa aplicação dos empréstimos do FGTS, "que é um recurso do trabalhador e, portanto, precisa ser bem gerenciado para que o trabalhador tenha certeza de seu retorno com dividendos".

Participaram do ato de assinatura do contrato o senador Elcio Álvares (PFL-ES), a deputada Rose de Freitas (PSDB-ES), o presidente da COHAB do Espírito Santo, Luiz Carlos Piassi, além do chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Habitação, Hermes Fajerstajn.

Cyro Denaday

Procon obriga lojas da Glória a vender a varejo

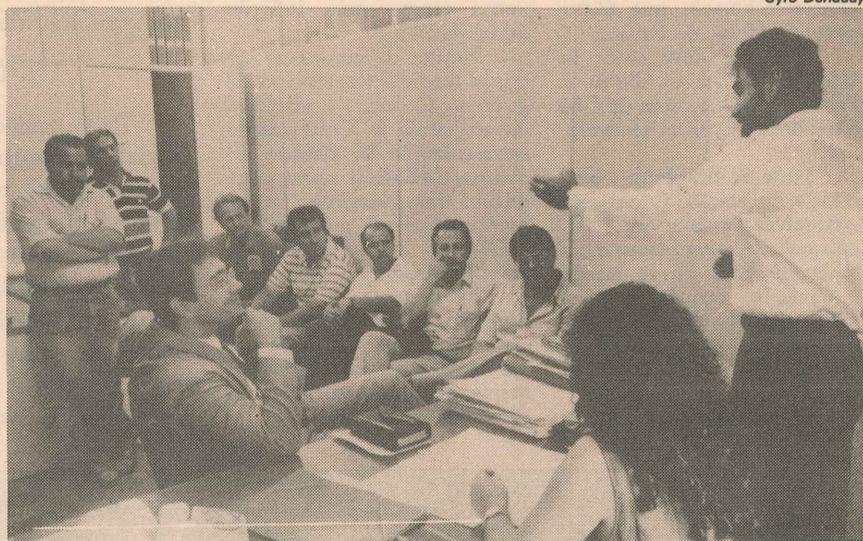
As lojas de fábrica de confecções têm prazo de 72 horas a partir de hoje para se adequar às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e vender seus produtos no varejo. O código proíbe a venda somente no atacado, afirmou ontem o chefe de fiscalização do Procon, Carlos Fernando Machado, ao final de uma inspeção ao pólo de confecções na Glória, Vila Velha.

De acordo com Machado, os lojistas estão desobedecendo o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor. Com uma equipe de 10 fiscais, com o apoio da Polícia Militar e um policial da Delegacia de Defesa do Consumidor, o Procon autuou na manhã de ontem algumas lojas de fábrica em Vila Velha.

Uma delas foi a Milmalhas, que estava vendendo seus produtos somente no atacado. A loja foi enquadrada na lei 8.078, do CDC, artigos 56 em diante e a multa está sendo estudada pelo conselho administrativo do Procon.

O chefe de fiscalização do Procon informou que a determinação da lei visa acabar com o "monopólio das sacoleiras", que não pagam impostos e compram mercadorias sem nota fiscal. A solução para o problema, segundo Machado, seria a venda de mercadorias exclusivamente para pessoa jurídica.

Os lojistas sofrem uma pressão das



Empresários e o Procon fizeram um acordo sobre a venda a varejo

peças que compram para revender, segundo Machado. "As sacoleiras dizem que irão procurar outros fornecedores se os lojistas venderem peças no varejo", explicou ele.

Representantes do Sindicato de Indústrias Têxtil de Confecções e Vestuário do Espírito Santo e da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Vila Velha, estiveram ontem no Procon, após tomarem conhecimento da autuação da Milmalhas.

Eles foram informados da determinação do CDC e se comprometeram em assinar um termo de compromisso e de ajustamento com o Procon, que determinando a venda de produtos no varejo

com preços normais e no atacado com preços promocionais, além de dar prazo de 72 horas para as lojas se adequarem às exigências.

O relações públicas da Associação Comercial de Vila Velha, Ronaldo Fernandes Miranda, disse que o presidente da entidade, Arthur Avelar, não assinou o termo na tarde de ontem, alegando que entraria em contato com seu advogado antes de qualquer definição.

A direção da Milmalhas foi procurada por telefone no final da tarde de ontem e uma funcionária informou que não tinha ninguém para falar sobre o assunto no momento.